



Perspectivas pós-eleitorais: à espera da esperança

Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB – Padre Thierry Linard¹.
17 de novembro de 2024, Dia Mundial dos Pobres².

1 – Introdução

Apresentamos o último texto deste ano de 2024. Estamos perto das conclusões de nossos trabalhos, a serviço da CNBB e da Igreja do Brasil, em torno do desafio permanente que é oferecer análises de conjuntura. É também um tempo de espera. Estamos a nos preparar para o Advento, com a esperança que o nascimento do Menino Jesus nos traz.

Estamos atentos e com os olhos voltados aos temas da política, da economia, da cultura, da sociedade, e de tudo que possa a nos ajudar na compreensão dos sinais dos tempos³. Por isso a espera é ativa, pois esperar a esperança nos faz “esperançar”!

¹ Este texto é um produto da equipe de Análise de Conjuntura da CNBB. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência. A equipe é formada por membros da Conferência, assessores, professores das universidades católicas e por peritos convidados. Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina (MA), Frei Jorge Luiz Soares da Silva – assessor de relações institucionais e governamentais da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin, S.J. (*in memoriam*), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Izete Pengo Bagolin – PUC/Rio Grande do Sul, Maria Cecília Pilla – PUC/Paraná, Jackson Teixeira Bittencourt – PUC/Paraná, José Reinaldo F. Martins Filho – PUC/Goiás, Ricardo Ismael – PUC/Rio, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Tânia Bacelar – UFPE, José Geraldo de Sousa Júnior – UnB e Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP).

² 33º Domingo do Tempo Comum e Dia Mundial dos Pobres, instituído pelo Papa Francisco em 2016. Este ano tem como tema "Ouve o meu clamor" e o lema "A oração do pobre eleva-se até Deus" (cf. Sir 21, 5), em sintonia com o ano dedicado à oração, em preparação para o Jubileu Ordinário de 2025. Em sua mensagem para o VIII Dia Mundial dos Pobres, o Papa Francisco destacou: "Neste ano dedicado à oração, precisamos fazer nossa a oração dos pobres e rezar com eles. É um desafio que temos de aceitar e uma ação pastoral que precisa ser alimentada. Com efeito, a pior discriminação que sofrem os pobres é a falta de cuidado espiritual." Cf. LIMA, Fagner. VIII Dia Mundial dos Pobres: A Igreja no Brasil ao lado dos necessitados. **VATICAN NEWS**, Vaticano, 12 de nov. de 2024. Disponível em <<https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2024-11/jornada-mundial-pobre-necessitado-brasil-igreja.html>>. Acesso em: 16 nov. 2024. No Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) adotou a Jornada Mundial dos Pobres (JMP).

³ Entendido aqui como categoria teológica. Nesse sentido, os “sinais dos tempos” derivam da Constituição Apostólica *Humanae Salutis* (HS), de convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II, pelo Santo Papa João XXIII, que convidou a Igreja a deixar-se interpelar pela recomendação de Jesus de distinguir os “sinais dos tempos” (Mt 16, 3). Ver DA LUZ, Cirineu Bonini. Sinais dos tempos: ouvir continuamente, à luz do Espírito, a voz de Deus. In: **Frontistés** – Revista Eletrônica de Filosofia e Teologia, Faculdade Palotina. V. 17, nº 31, 2023. Disponível em <http://revistas.fapas.edu.br/index.php/frontistes> | frontistes@fapas.edu.br. Acesso em 16 nov. 2024.





A primeira etapa deste texto destacará o conjunto de textos apresentado ao longo do ano pela equipe. É uma forma de articular e consolidar alguns aspectos que, no nosso entender, merecem uma referência para ajudar em uma imanência. Depois, a ideia da segunda etapa é oferecer um panorama do ocorrido no contexto internacional em relação às eleições ocorridas no ano de 2024. Ao longo deste ano, até dezembro, 58 países se dedicaram ao tema eleitoral. Iniciou-se em 7 de janeiro, com a eleição legislativa em Bangladesh, concluindo, em 7 de dezembro, quando os eleitores de Gana elegerão o presidente e os congressistas. Dentre os pleitos deste ano, 46 tratam de chefes do Executivo, sendo 30 para presidente e 16 para primeiro-ministro. O Brasil foi o único país com eleições 100% municipais.

Vamos apresentar tendências e pontos de destaques das eleições municipais brasileiras na terceira parte do texto, com alguns elementos que possam servir de análise geral, evitando-se que sejam destacados personagens políticos, e analisando mais o processo eleitoral e a participação cidadã nos 5.568 municípios brasileiros. Como conclusão, além de algumas questões de fundo, apresentamos sinais de esperança, pois sem a esperança e sem o Senhor (Ef 2,12-14), não temos a Paz.

2 – O que foi parte da conjuntura do ano de 2024?

Durante o ano de 2024, cuidamos de muitos temas nas **Análises de Conjuntura** que foram reveladores de uma complexa gama de desafios caracterizados tanto por emergências quanto por problemas recorrentes e crônicos, estruturais, sociais e institucionais.

No primeiro texto do ano, que tinha o título “**Precisamos falar sobre outra economia...**”, foram abordados temas relacionados com as perspectivas e desafios no campo econômico e destacados os desafios relacionados com o *Crescimento econômico e desigualdade*. Nele mostramos que, apesar de ter ocorrido uma retomada tímida do crescimento do PIB global nas últimas décadas, a riqueza gerada não foi distribuída de forma equitativa, exacerbando a desigualdade tanto no Brasil quanto em diversos outros países em desenvolvimento. Além disso, destacamos que a *insegurança alimentar* e a falta de acesso a serviços básicos como saúde, educação e saneamento continuam a ser desafios globais e locais. Por ser considerado elemento intensificador das





desigualdades, foi abordado o tema da *financeirização da economia*, com destaque para o Brasil, considerado um dos países que mais sofre com esse processo, com grande parte dos recursos públicos sendo desviados para o pagamento de dívidas, favorecendo o setor financeiro e os aplicadores/especuladores em títulos públicos e no mercado e ações.

O texto também abordou os *impactos das políticas econômicas*, destacando que as políticas de austeridade fiscal e a Emenda Constitucional do teto de gastos prejudicam os investimentos sociais e ao mesmo tempo preservam os privilégios dos grandes detentores da dívida pública. Ao abordar o tema do *papel do Estado* na condução da sociedade, foi mostrada a importância das políticas públicas para a construção de um futuro mais justo. Também foram apresentadas *críticas ao neoliberalismo* com questionamento do modelo neoliberal que vem se desenvolvendo, ao individualismo, que promove a concentração da riqueza nas mãos de poucos, e a mercantilização de direitos fundamentais, como saúde e educação.

Em síntese, o documento argumentou que o modelo econômico atual, baseado no neoliberalismo e na financeirização, está destruindo a sociedade e o meio ambiente, e defendeu a necessidade de uma economia mais inclusiva e solidária, centrada nas pessoas e na sustentabilidade ambiental em seu diálogo com a eficiência econômica.

No segundo texto do ano, intitulado os **"Desafios à paz num país com múltiplas violências"**, foi abordado o *complexo cenário da violência no Brasil* e os *desafios para a construção da paz*. Demonstrou-se que o país enfrenta diversas formas de violência, tanto urbanas quanto rurais e que afetam principalmente os grupos mais vulneráveis, como mulheres, jovens negros, povos indígenas e pessoas em situação de pobreza.

Dentre os principais pontos que foram discutidos neste texto, cabe destacar a *segurança pública*, no qual se tratou do conceito de segurança cidadã, que visa a uma abordagem mais inclusiva e menos violenta da segurança em comparação à atual política de segurança pública, criticada pela violência policial, especialmente nas periferias e contra populações vulneráveis. O tema da *violência contra a mulher* recebeu destaque porque os dados mostram um aumento da violência de gênero, com números crescentes de feminicídios e abusos sexuais, sendo a *violência doméstica* apresentada como uma das principais formas de violência que impede o progresso social. Também recebeu atenção o tema da *violência no campo*, com destaque para os conflitos fundiários, com avanço





exponencial de violação dos direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas, sem-terra e posseiros; para o uso de agrotóxicos como arma química nos conflitos, com contaminação das famílias que foram atingidas pela aplicação de veneno; e para a exploração de trabalhadores rurais, com a manutenção e intensificação de formas alienadoras de trabalho escravo. O avanço da grilagem, da pistolagem e da invasão, além do desmatamento na Amazônia agrava a situação de violência no país.

Ainda em relação à violência, foram abordados o *narcotráfico* e o *crime organizado*, mostrando que a atuação de facções criminosas, milícias e o tráfico de drogas afetam profundamente a segurança pública e aumentam os índices de violência, especialmente em áreas controladas por esses grupos. Outro destaque é a *violência e a letalidade da ação policial* no Brasil, com altos índices de mortes causadas, principalmente contra jovens negros e pobres, além dos próprios policiais, o que contribui para ampliar o ciclo de violência. Nessa mesma linha as armas de fogo e o impacto das políticas armamentistas, especialmente durante o governo Bolsonaro, foram apontados como um fator que exacerba os índices de homicídios e feminicídios. Ainda se abordou o lado da *violência econômica*, que está atrelada à desigualdade social, ao desemprego e à precarização do trabalho como formas de violência estrutural, que mantêm grande parte da população em condições de vulnerabilidade. Por fim, o *judiciário* foi mencionado por sua morosidade e seletividade, enquanto o *encarceramento em massa*, especialmente de jovens negros, é identificado como um agravante da crise de segurança pública.

4

Em síntese, o documento mostrou a necessidade de uma política de segurança pública mais democrática, que inclua reformas no sistema prisional, a desmilitarização da polícia e a promoção de políticas preventivas que integrem ações sociais e econômicas.

O terceiro texto oferecido no ano abordou a temática “**Democracias e Sociedades Divididas - tendências, riscos e esperanças**”, destacando as grandes tendências globais.

Iniciando pelo tema do *Meio Ambiente e Economia*, foram salientados os impactos das mudanças climáticas e dos conflitos geopolíticos na economia global e na América Latina, apontando para um cenário econômico desafiador, com riscos de aumento da pobreza e eventos climáticos extremos. Em relação às *Guerras e Mudanças Geopolíticas*, a análise centrou-se na intensificação dos conflitos, especialmente na Rússia/Ucrânia e no Oriente Médio, não se esquecendo





dos conflitos constantes no Haiti, Iêmen, Síria, Kosovo, Azerbaijão e diversos países da África, e nas consequências geopolíticas, em especial o aumento de gastos militares pela Comunidade Europeia e pela OTAN, com financiamento, pelas instituições financeiras globais, de quase US\$ 1 trilhão para apoiar a produção e a comercialização de armas nos anos de 2022 e 2023. Adicionalmente foram abordados os *Dilemas Sociopolíticos*, analisando o enfraquecimento da democracia e a crescente polarização política em várias regiões, inclusive na América Latina, apontando para a fragmentação das sociedades e o fortalecimento de movimentos identitários. Nessa análise, o contexto brasileiro recebeu atenção, considerando que nos aproximávamos das eleições municipais de 2024.

A título de resumo, o documento sinalizou que, apesar dos desafios, a busca por unidade, integração e esperança é crucial. A “Ecologia Integral”, a conversão socioambiental e a construção de projetos conjuntos foram apresentadas como caminhos para superar as crises. A voz profética do Papa Francisco foi mencionada como uma fonte de inspiração.

O quarto texto – **“Juventudes Brasileiras – desafios do presente, promessas para o futuro”** aborda diversas questões que afetam a juventude no Brasil, com base em dados de diferentes fontes e análises. O papel da juventude na história e na sociedade atual foi ressaltado, mostrando o potencial transformador dessa parcela da população. Mesmo tendo o foco na juventude, o texto abordou também a *tragédia climática no Rio Grande do Sul*, destacando a necessidade de respostas emergenciais.

Especificamente na temática da juventude, foram destacados Dados demográficos, mostrando que o Brasil tem quase 50 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, com predominância de negros e pardos, que também são os mais vulneráveis socialmente. No aspecto *Educação e trabalho* foi explicitado o elevado número de jovens “nem-nem” (que não estudam nem trabalham), com destaque para as mulheres negras em situação de vulnerabilidade, o que mostra a elevada desigualdade de oportunidades e as dificuldades no mercado de trabalho.

Em relação à *Saúde mental e física* foram explicitados os altos índices de ansiedade entre os jovens, além de problemas relacionados à saúde física, como o sedentarismo e o bullying nas escolas. Adicionalmente, na associação entre *violência e vulnerabilidade*, foram analisadas para mostrar a desproporcionalidade com que os jovens negros são expostos a altas taxas de





mortalidade juvenil, principalmente entre os homens. Já quanto à *Participação social e política*, mostra-se no texto que embora haja um aumento de eleitores jovens, a confiança em instituições políticas é baixa, no entanto, observa-se que vem ampliando o envolvimento da juventude com movimentos sociais, especialmente relacionados aos direitos humanos e ao meio ambiente. Por fim, o texto explicita a insuficiência de *Políticas públicas* voltadas para a juventude, enfatizando que elas precisam ser mais eficazes e contar com a participação dos próprios jovens.

Em síntese, foram elencados os desafios enfrentados pela juventude brasileira, apontando a necessidade de políticas públicas inclusivas e de maior valorização do papel dos jovens na sociedade.

Em “**O Cuidado com a Casa Comum é a nossa Causa Comum - Biomas brasileiros e Ecologia Integral**”, o quinto texto, em junho de 2024, foi analisada a crise ambiental global e suas consequências, destacando a responsabilidade humana. Especial destaque foi dado a desafios significativos que o Brasil enfrenta, com sua grande biodiversidade e em seus seis biomas.

A análise iniciou destacando os *Biomas Brasileiros*. A partir de uma visão geral dos seis biomas brasileiros e suas características únicas: a Amazônia, o maior bioma, seguida pelo Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampa. Todos estão sob pressão devido à expansão da fronteira agrícola, mineração, exploração madeireira, práticas econômicas predadoras e urbanização descontrolada. Também foi incluída uma discussão sobre o bioma costeiro-marinho e sua interação com os outros biomas. Na sequência, foram apresentados os *Impactos Conectados às Mudanças Climáticas*, com destaque para a intensificação e frequência com que os eventos climáticos extremos estão afetando a agricultura, os recursos hídricos, a biodiversidade, a saúde pública e as áreas urbanas (sobretudo as mais densas). Nesse contexto, os biomas brasileiros sofrem impactos significativos, com aumento de temperatura e alterações nos padrões de precipitação, com os quais a Amazônia e o Cerrado mostram-se especialmente vulneráveis, e a desertificação da Caatinga.

Foram também analisados os efeitos das questões climáticas nas *Comunidades Tradicionais* (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) mostrando que elas desempenham papel fundamental na proteção dos biomas e por isso a importância do reconhecimento de seus direitos territoriais e a necessidade de políticas públicas que os incluam e valorizem seus conhecimentos tradicionais. Na sequência foram abordadas as *Políticas Públicas e Estratégias de Governança*





para *Proteger os Biomas Ameaçados* mostrando que a complexidade dos problemas ambientais exige uma abordagem integrada, incluindo políticas públicas robustas e governança participativa.

O tópico *Educação Ambiental e Sensibilização* chamou atenção para a urgência de promover a conscientização sobre a importância dos biomas e para a adoção de práticas sustentáveis. Foi enfatizada a necessidade de uma mudança cultural, que inclua a união das famílias e das comunidades e, por fim, foi apresentada a concepção de *Ecologia*, proposta pelo Papa Francisco, que integra as dimensões ambiental, social, econômica e cultural da sustentabilidade.

Para concluir, foram apresentados os desafios para a proteção dos biomas brasileiros, incluindo a visão e prática predatória de vários agentes sociais, a falta de recursos, o desmatamento, a degradação, e a falta de inclusão das comunidades tradicionais. Enfatizou-se também a importância de se conceber políticas integradas e da colaboração entre atores regionais para a construção de um futuro sustentável. Complementarmente, o papel do mercado de carbono e suas limitações também foram discutidos.

No sexto texto – **“Conjuntura Internacional: O Planeta em Ambiente de Mudanças e Incertezas”** – a análise centrou-se no cenário global de 2024, com especial atenção a **cinco grandes tendências**. O tema da *financeirização da economia e crise do neoliberalismo* que já havia sido abordado no primeiro texto do ano voltou à pauta para mostrar que desde os anos 1990, a financeirização exacerbou a concentração de riqueza e a desigualdade, criando um sistema econômico mais focado em ganhos financeiros do que na produção de bens e serviços. Essa dinâmica tem sido particularmente prejudicial em países em desenvolvimento como o Brasil, levando à baixa prioridade à desindustrialização e à dependência de capital especulativo.

No tópico da *Desigualdade social e migrações*, ficou demonstrado que como consequência de crise econômica, agravada pela pandemia e pelas mudanças climáticas, ocorreu aumento das desigualdades globais e das deslocamentos. A ascensão da extrema-direita conjugada ao fortalecimento dos movimentos ultranacionalistas em várias partes do mundo é entendida como reação à *crise da democracia* representativa, observada já há algum tempo. Aqui, os ataques à democracia retornaram, com novas roupagens, do movimento fascista, típico da extrema direita do século 20. Nesse contexto, governos autoritários têm se aproveitado das frustrações sociais causadas pelas





desigualdades econômicas para promover políticas xenófobas e antidemocráticas.

As *Mudanças na geopolítica global* em um contexto de guerras na Ucrânia e no Oriente Médio, juntamente com a rivalidade entre EUA e China, estão levando a uma reorganização geopolítica decorrente da fragmentação das alianças comerciais das incertezas nas relações internacionais. Por sua vez, o *Aquecimento global e crise ambiental* decorrentes das mudanças climáticas é destacado como um dos maiores desafios globais, especialmente para os mais vulneráveis. A falta de ação efetiva continua a ameaçar a estabilidade global e a agravar as crises humanitárias.

Por fim, em setembro de 2024, no texto **“Eleições municipais de 2024: entre a política nacional e agenda local”**, oferecemos, a partir de um *Contexto Político Nacional*, a percepção de que o mundo se encontra em uma “policrise”, com aquecimento global, pobreza e desigualdade globais sem fim etc., com uma “guerra mundial em capítulos”, e que estão ligadas entre si e à crise econômica insolúvel e crescente deste século XXI. Apontamos que a “Terra está com febre e doente”. E o Brasil pegava fogo, naquele tempo, com a Criação a enviar sinais de fumaça. Destacamos que as eleições se dariam em um contexto de um governo federal, sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva, cujos desafios eram insistentes, após um governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), em que as instituições e a democracia foram muito fragilizadas, e num quadro político em que reacionários e extremistas se organizaram em um caldo de retrocessos e desconstitucionalização, com um governo disfuncional, ambíguo e hesitante.

Destacamos ainda o *Contexto Econômico Nacional*, em que a economia brasileira transita há décadas entre as 10 maiores do mundo. É uma economia pujante, pois tem uma estrutura produtiva robusta. Com isso, independente do governo, o próprio mercado é capaz de criar empregos, em especial em ambiente de estabilidade econômica. Mas, sem dúvida, alertamos que os bons resultados do mercado de trabalho seriam muito utilizados por partidos e políticos nas campanhas eleitorais, em especial os que buscavam a reeleição. A questão que se colocava, no entanto, é se, e até que ponto, as boas novas advindas do noticiário econômico poderiam influenciar as decisões de voto nas eleições municipais deste ano. Isto porque, embora as eleições municipais tratem, em sua maioria, de questões locais, o desempenho da economia nacional também tendem a exercer influência significativa nas decisões de voto induzindo a sentimentos de mudança ou continuidade.





Diante da *Especificidade da eleição municipal*, destacou-se que as escolhas do eleitorado nas eleições municipais têm repercussão na vida dos moradores por três razões principais. A primeira delas diz respeito ao próprio processo decisório inerente ao poder público local. O texto constitucional de 1988 fortaleceu o *status* do município no arranjo federativo brasileiro. Essa escolha permitiu que as localidades municipais pudessem, a partir de então, atuar com protagonismo em áreas como saúde, meio ambiente, cultura, educação, pobreza, moradia, saneamento básico, entre outras.

As eleições municipais também são relevantes por estimular a participação social, contribuindo para valorização da democracia brasileira, tão criticada nos últimos anos, e para formação de uma cidadania política, que começa a nível local. Não é possível esquecer, finalmente, que as eleições municipais oferecem uma oportunidade de avançar no processo de renovação de lideranças políticas, permitindo a incorporação de grupos sociais pouco representados, de jovens talentos que surgem nos movimentos sociais e associações de moradores, e de pessoas comprometidas com a luta pelos direitos da cidadania no contexto democrático e republicano.

Além disso, as *Características do Eleitorado* foi abordada, destacando dados sobre o tamanho e a demografia do eleitorado brasileiro, destacando variações regionais e mudanças na idade e no nível de escolaridade. Coube, também, salientar que as *Eleições Municipais* possuem características únicas, incluindo variações regionais, papel das estruturas de poder locais e a influência da política nacional, mas, principalmente, enfatizou-se a grande responsabilidade que elas têm no efetivo fortalecimento da democracia no país e na capacidade de permitir o surgimento de novas lideranças políticas, ao tornar possível a incorporação de grupos sociais pouco representados.

A análise abordou ainda o tema do *Financiamento de Campanhas e Desigualdade*, destacando a distribuição de recursos públicos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FECF) entre os partidos e as desigualdades resultantes no cenário eleitoral, que acabou por destinar maior montante aos partidos de direita e centro-direita, à exceção do PT, mas que reforça o financiamento de candidaturas femininas e de negros, buscando reduzir a sub-representação histórica de mulheres e candidatos negros. No entanto, o texto alerta que as chances de sucesso de uma liderança das áreas periféricas da cidade na eleição municipal ainda estão longe de serem viáveis, ao passo que a





possibilidade de sucesso dos candidatos que buscam a reeleição continua enorme, especialmente por eles não precisarem se licenciarem de seus cargos.

Apontamos, em *Algumas disputas nas capitais brasileiras por região* e suas especificidades, as tendências eleitorais em São Paulo (SP), em Recife (PE), em Fortaleza (CE), em Porto Alegre (RS), em Goiânia (GO) e em Belém (PA).

Suscitamos algumas questões relacionadas às *Redes sociais*, às *fake news* e às *eleições municipais*, que se tornaram o novo espaço de consumo de conteúdo, de (des)encontro e de debate, a partir do exercício da democracia no mundo digital. E, por último, também a relação entre voto e a gramática religiosa, destaque frequente de nossas avaliações conjunturais⁴.

Diante de todos estes elementos que foram destacados ao longo de 2024 houve processos eleitorais em alguns países que são importantes para compreender a conjuntura deste fim de ciclo. Os resultados serão analisados em capítulo específico, a seguir, na escala mundial e no Brasil, na escala municipal.

3 – As eleições internacionais mais recentes

Como podemos observar nos resultados apresentados a seguir, alguns fenômenos começam a se repetir e a se definir como tendência internacional. As eleições estão sendo duramente disputadas por forças de extrema direita que vêm se consolidando nas duas últimas décadas em contraposição a grupos tradicionais de diferenciado espectro ideológico – da centro-direita à esquerda. No geral, o que se pode observar é que não existe uma vitória absoluta de nenhum dos grupos, mas que existe o fortalecimento de uma extrema direita que não era expressiva como fenômeno global desde o final da segunda guerra mundial.

As eleições presidenciais de 2024 no México, contudo, destoaram desta macrotendência de prevalência da extrema direita, com a escolha de Claudia Sheinbaum, alinhada ao projeto do presidente Lopez Obrador e seu partido, o MORENA, que venceu com uma margem significativa, obtendo entre 57,6% e 60,6%

⁴ Como foi destacado pelo artigo de opinião de O Globo. DE JAGUN, Márcio. A fé que coloniza o voto. **O GLOBO**, Ano C, nº 33.293, Rio de Janeiro, 1 de out. 2024. Opinião, p. 3. Trecho: “Cada vez mais, temos observado a influência das religiões no resultado das urnas, e as pesquisas costumam mostrar o comportamento dos eleitores conforme segmentação de sua confissão. O texto ‘Eleições Municipais de 2024: entre a política nacional e agenda local’ — produzido pela equipe de Análise de Conjuntura da CNBB — apresentou dados da Agência Brasil sobre candidatos a prefeito e a vereador que usam de maneira ostensiva sua identidade religiosa. Um índice que subiu 225% nos últimos 24 anos. No ano 2000, candidaturas com identificação religiosa eram 2.215. Neste ano, chegaram a 7.206”.





dos votos. Sheinbaum se tornou a primeira mulher a assumir a presidência do país. A principal opositora, Xóchitl Gálvez, do PAN, obteve entre 26,4% e 29,4% dos votos. O candidato do *Movimento Cidadão*, Jorge Álvarez Máynez, ficou em terceiro lugar com entre 9,9% e 10,8% dos votos.

Para o Parlamento Europeu, os eleitores nos 27 Estados-membros da União Europeia (UE) ampliaram a força da extrema-direita, causando problemas para os governos francês e alemão. O partido de extrema-direita francês *Reagrupamento Nacional*, de Marine Le Pen obteve o dobro do apoio do partido *Renascentista*, do presidente Emmanuel Macron, levando-o a dissolver a Assembleia Nacional e a convocar eleições legislativas antecipadas. Outro partido de semelhante orientação ideológica, a *Alternativa para a Alemanha* (AfD), subiu para o segundo lugar nas sondagens. Embora muito atrás da coalizão CDU-CSU, por anos liderado pela ex-chanceler Angela Merkel, superou os sociais-democratas do chanceler Olaf Scholz, deixando-o ainda mais enfraquecido enquanto continua a lutar à frente de uma coligação instável.⁵ Na Itália, o *Irmãos da Itália*, grupo de extrema-direita alcançou mais de quatro vezes o que conquistou na última eleição da União Europeia em 2019, e superou a votação que obteve no pleito nacional de 2022, quando chegou ao poder.

Entretanto, logo em seguida, nas eleições regionais italianas, a esquerda conquistou municípios chaves. O resultado foi um revés para a primeira-ministra conservadora, Georgia Meloni que tinha vencido as eleições para o Parlamento Europeu. Das 14 grandes cidades que passaram ao segundo turno, 7 acabaram nas mãos da centro-esquerda, cinco da direita e duas de uma lista cívica.

As eleições gerais do Reino Unido colocaram um ponto final a 14 anos de governo conservador. O *Partido Trabalhista*, liderado por Keir Starmer que se tornou primeiro-ministro, foi o vitorioso nas eleições gerais de 2024, conquistando 412 dos 650 assentos no Parlamento.⁶ O *Partido Conservador*, liderado por Rishi Sunak, ficou em segundo lugar com 121 assentos. Os *Liberais Democratas* conquistaram 71 assentos, enquanto o *Partido Nacional Escocês* (SNP) obteve 9 assentos. A extrema direita, representada pelo *Reform UK*, conseguiu eleger 4 deputados.

⁵ O Globo. Entenda o resultado das eleições para o Parlamento Europeu em 5 pontos. <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/06/10/entenda-o-resultado-das-eleicoes-para-o-parlamento-europeu-em-5-pontos.ghtml>

⁶ Observador. Os resultados das eleições do Reino Unido. <https://observador.pt/2024/07/05/os-resultados-das-eleicoes-do-reino-unido-trabalhistas-voltam-ao-poder-14-anos-depois-com-maioria-absoluta-catastrofe-para-conservadores/>





Na França, em outra reviravolta em relação à eleição para o Parlamento Europeu, a esquerda venceu as eleições legislativas, apesar de não formar maioria absoluta. O bloco de esquerda *Nova Frente Popular* atingiu 182 assentos. A coalizão governista de centro, liderada por Emmanuel Macron, ficou em segundo lugar com 168 assentos. A extrema direita, representada pelo partido *Reunião Nacional (RN)*, de Marine Le Pen, aumentou seu número de assentos de 88 para 143, tornando-se a terceira maior força no parlamento.⁷

Outro importante processo, pelo inigualável tamanho de colégio eleitoral, ocorreu na Índia. Os principais concorrentes foram a *Aliança Democrática Nacional (NDA)*, liderada pelo *Partido Bharatiya Janata (BJP)*, e a opositorista *Aliança Nacional Inclusiva para o Desenvolvimento da Índia (ÍNDIA)*, liderada pelo *Congresso Nacional Indiano*. Na casa legislativa de 543 assentos, a atual aliança *NDA* garantiu a maioria com 293 assentos, que incluíam 240 assentos do partido *BJP*, enquanto a coalizão de oposição *ÍNDIA* obteve 234 assentos, incluindo 99 assentos do partido do Congresso. O direitista Narendra Modi seguiu como primeiro-ministro, embora seu partido *BJP* tenha perdido a maioria.⁸

Na Áustria, o *Partido da Liberdade (FPÖ)*, de extrema direita, venceu as eleições gerais de 2024 com 29,2% dos votos. O *Partido Popular Austríaco (ÖVP)*, de centro-direita, ficou em segundo lugar com 26,5% dos votos. Os social-democratas (*SPÖ*) ficaram em terceiro lugar com 21% dos votos.

Na Venezuela, depois de um processo eleitoral tão disputado quanto polêmico, o resultado ainda está por ser esclarecido na medida em que a situação e a oposição não apresentaram provas cabais que confirmassem os seus posicionamentos. As instâncias de Estado deram vitória ao Presidente Maduro, por outro lado, a oposição se autoproclamou vitoriosa. A comunidade internacional se dividiu em reconhecer a vitória de Maduro e ele se mantém no governo do país.

No início de novembro terminou o processo eleitoral na principal potência econômica e militar do planeta, os Estados Unidos da América (EUA). Na visão de analistas de diversas nacionalidades, a vida no planeta terra ficou mais ameaçada na medida que a extrema direita ganhou a eleição para presidente, para a câmara dos deputados e para o senado. Liderados por Donald Trump que, entre outras propostas anti-humanistas, relativiza em ideias e atos a democracia, é

⁷ G1. França: Em reviravolta, esquerda vence eleições legislativas, mas não forma maioria. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/07/07/eleicoes-na-franca-vitoria-esquerda.ghtml>

⁸ **Wikipedia.** Results of the 2024 Indian general election. https://en.wikipedia.org/wiki/Results_of_the_2024_Indian_general_election#:~:text=The%20INC%2Dled%20INDIA%20alliance,previous%20predictions%20from%20exit%20polls.





negacionista em relação a crise climática e ambiental, é a favor das ações militares de Israel contra os palestinos e os árabes, é contrário aos imigrantes e propõem uma expulsão em massa dos estrangeiros ilegais dos EUA.⁹ É de se destacar, neste último caso, nos EUA, a assunção de temas difíceis para os direitos humanos. Anunciou-se recentemente a nomeação de um “Czar da Fronteira”, cuja função será comandar o que vem sendo chamado de “a maior operação de deportação de ilegais da história americana”¹⁰.

Como analisamos em documentos anteriores, estamos num período em que o neoliberalismo assumiu uma forma mais extrema, fenômeno que os analistas denominam como “ultra neoliberalismo”. Para garantir sua escalada de reprodução, esse modelo econômico, social e político ataca os direitos humanos¹¹ e, para se justificar, utiliza o discurso de ódio¹², as *fakes news*¹³ e o *lawfare*¹⁴.

⁹ <https://apnews.com/projects/election-results-2024/>; <https://pt.euronews.com>

¹⁰ **G1**. Donald Trump anuncia três nomes. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-da-globo/playlist/jornal-da-globo-ultimos-videos.ghtml>>. Acesso em 16 nov. 2024. Aqui o nome é de Tom Homan, ex-diretor do ICE (Serviço de Imigração de Alfândegas (ICE). Da mesma forma, **AFP**. Trump anuncia Tom Homan como 'czar das fronteiras' para 2025. Disponível em: <https://istoe.com.br/trump-anuncia-czar-da-fronteira-tom-homan-diretor-do-servico-de-imigracao/>. Acesso em 16 nov. 2024.

¹¹ Ver como exemplo o Relatório Mundial 2023 do *Human Rights Watch*. Disponível em <https://www.hrw.org/pt/world-report/2023>. Acesso em 18 nov. 2023.

¹² O discurso do ódio está vinculado à utilização de palavras “que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião” ou ainda à sua potencialidade ou “capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”, cf. BRUGGER, Winfried. Proibição ou proteção do discurso do ódio?: algumas observações sobre o direito alemão e o americano. *Direito Público*, Porto Alegre, ano 4, n.15, p.117-136, jan./mar. 2007.

¹³ “*Fake news* são coisas inventadas, magistralmente manipuladas para parecerem notícias jornalísticas críveis, que são facilmente espalhadas online”, cf. KLEIN, D. O.; WUELLER, J. R. Fake news: a legal perspective. *Internet Law* 20 (10), 2017, pp. 5-13. Disponível em <https://papers.ssrn.com/sol3/papers>. Acesso em 28 out. 2023. As “*fake news*” tornaram-se nos últimos anos uma espécie de chavão, uma expressão usada de forma exagerada, muitas vezes como uma explicação rápida e fácil para os problemas da sociedade atual. “Nesse sentido, consideramos (...) que as *fake news* não devem ser sobrevalorizadas e tomadas como a causa única de experiências históricas complexas como o *Brexit* ou a eleição de Donald Trump. Defender tal perspectiva seria desconsiderar todo o contexto atual de capitalismo digital, ignorar uma série de especificidades culturais e oferecer uma visão reducionista que oculta as múltiplas razões que tiveram papel relevante na conformação desses votos”, Cf. ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. *O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto*. Disponível em <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/o-fenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto.pdf>. Acesso em 28 out. 2023.

¹⁴ Para Streck, o *lawfare* é a “construção fraudulenta do raciocínio jurídico para perseguir fins politicamente orientados”. Cf. STRECK, Lenio Luiz. *Enciclopédia do golpe* - Vol. 1. Bauru: Canal 6, 2017, p. 119.





Identifica inimigos a serem eliminados: imigrantes¹⁵, população LGBTQIA+¹⁶, ambientalistas¹⁷, ativistas sociais etc. Nesse modelo, há casos em que se recorre à instrumentalização das religiões e das igrejas. E, para se viabilizar, precisa enfraquecer e/ou destruir as democracias¹⁸.

No cenário global, portanto, os ataques à democracia retornaram, com novas roupagens, de um antigo movimento da extrema direita do século 20, o fascismo¹⁹. Tal movimento possui organização internacional e consegue, em muitos lugares, captar o sentimento antissistema de populações desesperadas pela perda de direitos, pela violência e pela exclusão social.²⁰

Nessa conjuntura, os processos eleitorais, tão importantes na democracia representativa, não estão conseguindo equacionar os conflitos e as sociedades seguem divididas depois dos resultados das urnas. Eleições polarizadas e sociedades divididas parecem indicar uma crise da democracia representativa²¹.

¹⁵ Conforme o ACNUR, havia 108,4 milhões de pessoas deslocadas à força em todo o mundo no final de 2022 como resultado de perseguição, conflito, violência, violação de direitos humanos ou eventos que perturbaram gravemente a ordem pública. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/#:~:text=108%2C4%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas,perturbaram%20gravemente%20a%20ordem%20p%C3%ABlica..> Acesso em 18 nov. 2023.

¹⁶ Apenas para se avaliar as mortes deste universo em 2022, no Brasil ocorreram 273 mortes LGBT de forma violenta no país. Dessas mortes 228 foram assassinatos, 30 suicídios e 15 outras causas, conforme o “Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+”. Disponível em <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022>. Acesso em 28 nov. 2023.

¹⁷ O relatório anual da *Global Witness* informa que pelo menos 177 ativistas ambientais foram assassinados em 2022 em todo o mundo. Disponível em file:///C:/Users/admin/Downloads/Global_Witness_Annual_Report_September_2022.pdf e [file:///C:/Users/a dmin/Downloads/Global_Witness_Annual_Report_September_2022.pdf](file:///C:/Users/admin/Downloads/Global_Witness_Annual_Report_September_2022.pdf). Acesso em 18 nov. 2023.

¹⁸ Cf. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

¹⁹ Adotamos aqui o uso do conceito de fascismo de forma genérica e não histórica. Ele é “genérico para englobar a maior novidade política do século 20, um fenômeno de massas que engloba nacionalismo, reacionarismo, autoritarismo e populismo, e não encontra antecedentes históricos. Tanto mais, que não morre em 1945, mas se altera ciclicamente conforme migra no espaço-tempo”, cf. PAXTON, Robert. *A anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

²⁰ Resultados da Extrema Direita: México: A extrema direita não teve uma representação significativa nas eleições de 2024. França: O partido Reunião Nacional (RN) de Marine Le Pen aumentou seu número de assentos de 88 para 143. Inglaterra: O *Reform UK* conseguiu eleger 4 deputados. Áustria: O Partido da Liberdade (FPÖ) venceu as eleições com 29,2% dos votos. EUA: o “Trumpismo” como representação da extrema direita, dominando o Partido Republicano, ganharam as eleições presidenciais e conquistaram a maioria na câmara de deputados e no senado.

²¹ Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 5 anos após o início da crise de direitos humanos na Nicarágua: a CIDH convoca para a restauração da democracia e expressa solidariedade às





Ao lado da desigualdade social – que se alastra no planeta sob muitas formas e se reflete em precariedade das condições de trabalho, fome, doenças, guerras e migrações forçadas dos pobres da terra –, as “condições sociais da democracia” se apresentam de forma turbulenta.

No Brasil, com suas características e estruturas, concluímos em outubro o ciclo eleitoral das eleições municipais de 2024 (primeiro e segundo turno). É sobre isto que vamos avançar, com um olhar mais detalhado.

4 – As eleições municipais de 2024

4.1. – Balanço preliminar das eleições municipais de 2024

As eleições municipais, encerradas no último domingo de outubro, trazem alguns resultados que podem ser resumidos nas duas tabelas a seguir. Quando se observa os dez principais partidos políticos, com mais prefeituras conquistadas em 2024, destacam-se PSD (891), MDB (864), PP (752), União Brasil (591), PL (517), Republicanos (440), PSB (312), PSDB (276), PT (252) e PDT (151). A análise pode ser aprofundada verificando a variação entre as eleições de 2020 e 2024. Neste caso, aquelas agremiações que mais cresceram foram PSD (229), Republicanos (226), PL (166), PT (68), MDB (62), PSB (55) e PP (54), e entre as que mais perderam prefeituras estão PSDB (259), PRD (190), PDT (169), Cidadania (109) e Solidariedade (75). Lembrando que o PRD é um partido político resultado da fusão do PTB e do Patriota.

O balanço das localidades municipais com mais de 200 mil eleitores, o que inclui as capitais de estado, indica que os maiores vencedores foram: PL (16), PSD (15), União Brasil (14), MDB (12), PP (11), Podemos(8), Republicano (8), PT (6), PSDB (5), PDT (2), PSB (2), Novo (2) e Avante (2). A comparação entre as eleições de 2020 e 2024 mostra o avanço do PL (14), PSD (4), Republicanos (4), PP (3), União Brasil (2) e PT (2), e o declínio do PSDB (12), MDB (5), PDT (2) e PSB (2).

Neste grupo de maiores cidades brasileiras destacam-se as vitórias de Ricardo Nunes (MDB) em São Paulo, Eduardo Paes (PSD) no Rio de Janeiro, Fuad Noman (PSD) em Belo Horizonte, Bruno Reis (União) em Salvador, João Campos (PSB) em Recife, André Leitão (PT) em Fortaleza, Sandro Mabel (União Brasil) em Goiânia, Sebastião Melo (MDB) em Porto Alegre, e Igor Normando (MDB) em Belém. Algumas dessas lideranças são potenciais candidatos a governador em 2026.

vítimas.

Disponível

em

<https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2023/067.asp> . Acesso em 28 out. 2023.





Os conjuntos de dados mostram que continua em curso no país o processo de reconfiguração do sistema partidário nacional²². O PSDB, que ocupou lugar de destaque nas eleições presidenciais no período de 1994 a 2014, sofreu novo revés, perdendo espaço inclusive no estado e na capital de São Paulo. De alguma maneira, o PSD, presidido por Gilberto Kassab, vai ocupando o lugar que outrora foi do PSDB.

O MDB continua tendo uma expressiva base municipalista, embora menor do que aquela do início dos anos 2000, e venceu em cidades importantes. Entretanto, encontra-se agora na companhia do PP, União Brasil e Republicanos, que avançam no território nacional, inclusive nas maiores cidades, e que têm grande influência no Congresso Nacional.

O PDT de Ciro Gomes, ex-candidato à presidência da República em 2022, perde em Fortaleza e reduz sua presença no país. Neste campo político, o PSB e o PT possuem maior capilaridade nacional, e continuam mostrando força na região Nordeste.

O PL, principal partido político do campo bolsonarista, avançou no Brasil. Cabe registrar, porém, que em algumas cidades, como São Paulo e Goiânia, esta parcela do eleitorado se dividiu, o que pode ter desdobramentos nos próximos anos.

Vejamos as tabelas:

²² NICOLAU, Jairo. Sistema partidário brasileiro em processo de recomposição. DW Brasil, 2022. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/sistema-partid%C3%A1rio-brasileiro-em-processo-de-recomposi%C3%A7%C3%A3o/a-63375480>. Acesso em 05 nov. 2024.





Eleições 2024 Prefeitos Eleitos por Partido no Brasil

Partido	2008	2012	2016	2020	2024	Δ 2024/2020
PSD	0	498	541	662	891	229 ↑
MDB	1.192	1.034	1.048	802	864	62 ↑
PP	554	476	501	698	752	54 ↑
União (DEM+PSL)	512	300	307	568	591	23 ↑
PL	383	271	299	351	517	166 ↑
Republicanos	55	78	106	214	440	226 ↑
PSB	303	443	412	257	312	55 ↑
PSDB	786	707	806	535	276	-259 ↓
PT	554	625	252	184	252	68 ↑
PDT	355	309	339	320	151	-169 ↓
Avante	8	24	12	83	136	53 ↑
Podemos (+ PSC)	73	96	117	222	129	-93 ↓
PRD (PTB + Patriota)	414	292	275	267	77	-190 ↓
Solidariedade (+ PROS)	0	0	114	138	63	-75 ↓
Cidadania	129	124	121	142	33	-109 ↓
Mobiliza	40	41	28	13	21	8 ↑
PC do B	38	53	81	46	19	-27 ↓
Novo	0	0	0	1	19	18 ↑
PV	73	101	100	45	14	-31 ↓
Rede	0	0	6	6	4	-2 ↓
Agir	12	19	17	1	3	2 ↑
DC	7	8	9	1	2	1 ↑
PMB	0	0	4	1	2	1 ↑
PRTB	11	16	9	6	1	-5 ↓
Psol	0	2	2	5	0	-5 ↓

Obs1.: o DEM se fundiu com o PSL e virou o União Brasil; o Pros foi incorporado ao solidariedade em 2023; o PHS foi incorporado ao Podemos em 2019; o PPL foi incorporado ao PC do B em 2019; o PRP foi incorporado ao Patriota; o PAN foi incorporado ao PTB em 2007 e o Prona foi incorporado ao antigo PL em 2006, segundo o TSE.

Obs2.: foram considerados eleitos todos os que obtiveram vitória nas urnas, mesmo que posteriormente tenham sido cassados, segundo o TSE.

Fonte: PODER 360²³.

²³ Saiba quantos prefeitos cada partido elegeu em 2024. **PODER 360**, Brasília, 27/10/2024. Disponível em <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/saiba-quantos-prefeitos-cada-partido-elegeu-em-2024-2/>, Acesso em 01 nov. 2024.





Eleições 2024
Prefeitos Eleitos por Partido nas Maiores Cidades
 dados do G103. grupo dos municípios com mais de 200 mil eleitores;
 consideram 1º e 2º turnos

Partido	2008	2012	2016	2020	2024	Δ 2024/2020
PL	3	2	4	2	16	14 ↑
PSD	0	5	4	11	15	4 ↑
União (DEM+PSL)	5	6	6	12	14	2 ↑
MDB	22	13	16	17	12	-5 ↓
PP	5	4	2	8	11	3 ↑
Podemos (+ PSC)	0	1	6	8	8	0 →
Republicanos	1	2	3	4	8	4 ↑
PT	28	18	1	4	6	2 ↑
PSDB	15	22	28	17	5	-12 ↓
Avante	0	0	0	2	2	0 →
Novo	0	0	0	1	2	1 ↑
PDT	9	7	5	4	2	-2 ↓
PSB	8	13	8	4	2	-2 ↓
Agir	0	1	0	0	0	0 →
Cidadania	0	3	8	4	0	-4 ↓
Mobiliza	0	0	1	0	0	0 →
PC do B	2	4	1	0	0	0 →
PMB	0	0	1	0	0	0 →
PRD (PTB + Patriota)	4	0	2	1	0	-1 ↓
Psol	0	1	0	1	0	-1 ↓
PV	1	1	4	0	0	0 →
Rede	0	0	2	0	0	0 →
Solidariedade (+ PROS)	0	0	1	3	0	-3 ↓

Obs1.: o PTB se fundiu com o Patriota e virou PRD; o DEM se fundiu com o PSL e virou o União Brasil; o Pros foi incorporado ao Solidariedade em 2023; o PSC ao Podemos em 2022; o PPL ao PC do B em 2019; o PHS ao Podemos em 2019; o PRP ao Patriota em 2019; o PAN ao PTB em 2007; e o Prona ao antigo PL em 2006. O MDB se chamava PMDB; o PP era PPB; o Republicanos era PRB; o Patriota era PEN; o Cidadania era PPS; o Avante, PT do B; o Agir era PTC; o PL era PR e o Mobiliza se chamava PMN.

Obs2.: foram considerados eleitos todos os que obtiveram vitória nas urnas, mesmo que posteriormente tenham sido cassados, segundo o TSE.

Fonte: PODER 360²⁴.

²⁴ Saiba quantos prefeitos cada partido elegeu nas grandes cidades em 2024. **PODER 360**, Brasília, 28/10/2024. Disponível em <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/saiba-quantos-prefeitos-cada-partido-elegeu-nas-grandes-cidades-em-2024/>, Acesso em 01 nov. 2024.





No documento anterior do Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB intitulado “Eleições Municipais de 2024: entre a política nacional e agenda local”, ressaltou-se que o Fundo Especial de Financiamento da Campanha (FEFC), em 2024, distribuiu entre os 29 partidos políticos em atividade um total de R\$ 4.961.519.777,00²⁵. Entre as agremiações que mais receberam recursos estão o PL, PT, União Brasil, PSD, PP, MDB e Republicanos, pela ordem. Não por caso são os partidos políticos com mais vitórias, cuja soma atinge o impressionante número de 4.307 prefeituras conquistadas, ou 77% das disputas ocorridas.

No debate pós-eleitoral, tem sido recorrente também a questão da relação entre liberação de emendas parlamentares do Orçamento Público Federal e os resultados eleitorais alcançados nas localidades²⁶. Tudo indica que exista uma correlação positiva, especialmente nos pequenos municípios, onde se observa limitada capacidade de arrecadação e forte dependência de recursos externos. Entretanto, nas médias e grandes cidades outros fatores estão presentes, como avaliação da gestão governamental, uso da máquina municipal e alianças políticas. Um prefeito bem avaliado e candidato à reeleição tem grande vantagem na disputa²⁷ (CNN, setembro de 2024).

Há um aspecto que merece ser sublinhado neste balanço preliminar das eleições municipais 2024. O centro político saiu vencedor? A resposta não é trivial. Em primeiro lugar, é difícil definir o lugar deste espectro ideológico no Brasil. Aqui o voto personalista predomina em detrimento de uma opção partidária programática, na qual exista clareza da ideologia do partido político, como na França. Além disso, institutos de pesquisa enfrentam uma dificuldade metodológica, no sentido de esclarecer ao entrevistado as diferenças entre esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita, de modo que sua posição possa corresponder a um conjunto de convicções assentadas nas ideias e

²⁵ TSE. Saiba quanto cada partido vai receber do total do Fundo Especial de Campanha. Brasília, **Agência de Notícias TSE**, 17 de junho de 2024. Disponível em <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Junho/saiba-quanto-cada-partido-vai-receber-do-total-do-fundo-especial-de-campanha>. Acesso em 29 ago. 2024.

²⁶ CNN. Na mira do STF, emendas parlamentares turbinaram reeleição de prefeitos. CNN, São Paulo, 28/10/2024. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/na-mira-do-stf-emendas-parlamentares-turbinaram-reeleicao-de-prefeitos/>, Acesso em 05/11/2024.

²⁷ CNN. Dos 26 prefeitos de capitais que disputam a reeleição, 20 têm chances de vencer no primeiro turno”, diz Lavareda à CNN. CNN, São Paulo, 13/09/2024. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/dos-26-prefeitos-de-capitais-que-disputam-a-reeleicao-20-tem-chances-de-vencer-no-primeiro-turno-diz-lavareda-a-cnn/>, Acesso em 05 nov. 2024.





nos valores, e menos nos afetos relacionados a lideranças políticas e percepções de momento.

Por outro lado, talvez possamos ficar com a tipologia oferecida em alguns bons estudos, que procura classificar as legendas partidárias de acordo com as votações realizadas no Congresso nacional, e levando em conta também as percepções que os parlamentares têm dos partidos representados na casa legislativa²⁸. Nesse sentido, por aproximação, pode-se dizer que PT, PSB e PDT estão na centro-esquerda, somando 715 prefeituras. PSDB, PSD e MDB pertencem ao centro político, com um total de 2.031 cidades. Enquanto o PP, União Brasil e Republicanos ocupam a centro-direita, alcançando êxito em 1.783 localidades. O PL ficaria na direita do espectro ideológico, conquistando 517 prefeituras.

À primeira vista, o centro político ganhou espaço, depois do fiasco nas eleições presidenciais de 2018 e 2022. Nesta perspectiva analítica, a centro-direita e a direita também cresceram. O PT e o PSB, de forma mais modesta, têm o que comemorar. Haverá algum desdobramento político desses resultados eleitorais. O jogo político exige frequentemente ajustes, como uma reforma ministerial, novas alianças políticas, como na eleição para o Congresso Nacional, e um novo discurso, quando isso for necessário.

20

Entretanto, a lógica da eleição municipal é diferente daquela que irá ocorrer em 2026, que ainda se encontra distante, sem todas as fichas na mesa.

4.2. – Alguns destaques

As eleições municipais de 2024 foram marcadas pela vitória da continuidade. Oito em cada dez dos mais de 3.000 prefeitos que tentaram a reeleição conseguiram um segundo mandato²⁹. Mesmo nas capitais, onde as questões nacionais costumam ter maior influência, dos vinte prefeitos que tentaram se reeleger, apenas quatro não conseguiram. Isto significa que em 45% dos municípios brasileiros, os atuais prefeitos permaneceram para mais um mandato. Se somarmos a eles os municípios que serão governados por candidatos apoiados pelos atuais mandatários, chegaremos a uma clara conclusão: os candidatos da situação foram os grandes vitoriosos nas últimas eleições.

²⁸ ZUCCO Jr., Cesar. Esquerda, Direita e Governo. A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, Timothy J: ZUCCO Jr., Cesar (orgs). **O Congresso por ele mesmo**. Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 37 a 60, 2011.

²⁹ <https://portaldeprefeitura.com.br/brasil/oito-em-10-prefeitos-que-tentaram-reeleicao-conquistaram-novo-mandato/581661/>





A estrutura partidária já estabelecida e as alianças políticas consolidadas, o acesso a recursos financeiros municipais e às emendas parlamentares, a capacidade de promover projetos e ações que atendam a demandas locais da população, além da visibilidade obtida em quatro anos de governo, tornaram os atuais prefeitos os grandes protagonistas nos pleitos municipais, seja na viabilização da sua própria reeleição, seja na alavancagem de candidaturas ligadas à situação. Nas eleições de 2024 isto ficou ainda mais evidente do que nos pleitos anteriores.

Não que as questões que predominaram nas eleições de 2020 e 2022 tenham sido esquecidas ou que a “polarização” eleitoral que marcou aqueles pleitos tenha arrefecido. É mais provável que tenham, momentaneamente, sido colocadas em um segundo plano, afinal, como disse certa feita o governador paulista Franco Montoro, “ninguém mora no Estado, nem no País, mora no Município.”³⁰ E são as questões locais que parecem ter sido decisivas nas eleições municipais. Certamente o elevado índice de rejeição dos dois principais líderes políticos do âmbito federal, Lula e Bolsonaro, também contribuiu para a estratégia de se afastar do debate nacional, opção feita por grande parte dos candidatos majoritários em muitas cidades do país.

Por outro lado, também não podemos afirmar que as questões locais de impacto direto no cotidiano, como transporte público, segurança, saúde, educação, saneamento básico, drenagem e infraestrutura urbana ocuparam o tempo e tenham tido a seriedade de propostas que deveriam ter no debate eleitoral. Em tempos de redes digitais e informações obtidas quase que exclusivamente em grupos de *WhatsApp*, o personalismo acaba por transformar as campanhas em verdadeiras batalhas de personalidades, nas quais a imagem e o carisma do candidato importam mais do que os partidos ou as propostas que porventura tenham. Isto resulta em práticas nas quais a construção e destruição de reputações passam a ocorrer com muita rapidez e grande impacto em redes digitais. Assim, ataques diretos à imagem do opositor são projetados para viralizar, aproveitando-se do efeito multiplicador das redes, enquanto as virtudes, reais ou imaginárias, do próprio candidato são ressaltadas e amplificadas, tudo isto potencializado pela lógica implacável dos algoritmos, que permite que cada

³⁰ ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **O legado de Franco Montoro**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina: IMESP, 2016, p.40.





indivíduo ou grupo receba a mensagem que lhe é “mais adequada” conforme os objetivos de cada campanha.³¹

Estratégias de enfatizar as características pessoais e os dramas individuais dos candidatos, ao invés de debater ideias e propostas, não é exclusividade dos tempos de hoje. São práticas antigas e corriqueiras, que vem contribuindo para o empobrecimento da democracia, na medida em que desviam o foco do debate das políticas públicas para as características pessoais dos candidatos. A diferença é que as redes digitais intensificaram seu impacto e colocaram novos desafios. Primeiramente porque amplificaram a exposição individual, possibilitando que os candidatos se comuniquem diretamente com os eleitores, com conteúdo que privilegia aspectos emocionais e visuais, consolidando uma conexão direta, embora superficial, com o público, mas que pode ser manipulada para construir uma imagem idealizada ou para demonizar o opositor.

Além disso, as redes digitais aceleraram a propagação da desinformação e das *fake news* tornando mais fácil a criação de narrativas negativas contra os opositores. Pela lógica dos algoritmos, informações emocionais e polarizadoras tem maior probabilidade de viralizar, o que significa que ataques pessoais e acusações infundadas circulam mais rapidamente e com maior alcance do que propostas técnicas de políticas públicas, transformando o debate eleitoral em uma guerra de imagens e escândalos pessoais e criando um ambiente propício para a polarização e hostilidade³².

O maior domínio dessas técnicas de comunicação introduziu novos atores no campo político. *Youtubers, influencers, coaches* e toda uma sorte de comunicadores, com destaque nas redes digitais, decidiram se aventurar na carreira política, transformando seus milhares de seguidores em eleitores. Não que essa prática não fosse comum a locutores de rádios, artistas e apresentadores de televisão, mas, novamente, as redes digitais potencializam e amplificam seus efeitos³³.

³¹ Ver a respeito: CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

³² Ver a respeito: FISHER, Max. **A máquina do caos**: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo: Editora Todavia, 2023.

³³ As eleições para a prefeitura de São Paulo podem ser consideradas emblemáticas a esse respeito, ao colocar frente a frente dois comunicadores com destaque nas mídias sociais. Em que pesem as diferenças pessoais, as candidaturas de José Luiz Datena e Pablo Marçal, ambos bem-sucedidos em suas respectivas mídias, podem ser vistas como representativas do alcance e da eficácia político-eleitoral de cada uma delas.





Finalmente, as redes digitais também alteraram a escala do problema, na medida em que permitem a ação de atores externos como robôs e campanhas coordenadas de difamação. Táticas como essas dificultam a distinção entre os fatos e a propaganda difamatória, intensificando a descrença nos políticos e nas instituições políticas, contribuindo para a fragmentação social e para a desconfiança no regime democrático.

Mas na “sociedade do espetáculo” produzida pelas redes digitais, esse personalismo traz outras consequências. Os mecanismos de construção ou destruição da confiança por parte dos eleitores passam pela necessidade do conhecimento sobre o candidato também na sua dimensão privada. O que os eleitores pensam sobre um conjunto de temas relativos a valores sociais, morais e culturais, frequentemente vinculados à religião, tradições e normas de comportamento, ganham importância eleitoral. Muitas vezes se sobrepondo à sua capacidade de apresentar soluções concretas para os problemas do município.

A politização dos debates sobre questões de gênero, direitos LGBTQIA+, legalização do aborto, uso de drogas, educação sexual nas escolas, porte de armas, vacinas, defesa da “família tradicional” etc., contribuiu para a polarização do “nós contra os outros” e se tornou um recurso eficaz para atrair votos e mobilizar os eleitores que se identificam com determinados valores e, por que não, para desqualificar os opositores, dificultando a cooperação e o diálogo necessários para o enfrentamento de problemas públicos nas diferentes esferas da sociedade.

Outro ponto que merece destaque é a presença cada vez mais marcante de propostas decorrentes de uma visão individualista dos problemas, em detrimento de soluções coletivas. A ideia de que o sucesso ou o fracasso econômico é decorrência de méritos pessoais, desconsiderando os fatores estruturais da desigualdade, e que bastaria que o governo “não atrapalhasse” os empreendedores individuais para que eles alcancem o sucesso, vem se tornando cada vez mais frequente no debate eleitoral. Essa narrativa muitas vezes é usada para camuflar a ausência de políticas públicas e de redes de proteção social, apresentando o empreendedorismo como alternativa ao emprego formal em contextos de pobreza, desemprego e informalidade crescentes.

A adesão que essas ideias adquirem junto a determinados setores da sociedade, em especial os segmentos mais pobres da classe média, criou uma espécie de “neoliberalismo de baixo para cima”, no qual as classes populares, acostumadas à socialização dos riscos, à ineficácia ou ausência de políticas públicas e aos discursos de legitimação da desigualdade social, acabam por





internalizar a lógica do “empreendedor de si mesmo” e conceber seus projetos de vida com base nesses termos.³⁴ É um requinte de crueldade sobre uma população que, abandonada pelo poder público, passa a querer ainda menos Estado e a responsabilizar a si mesmo pelas mazelas resultantes do seu fracasso econômico³⁵.

De qualquer forma, a estrutura tributária vigente no país, que concentra recursos e poder de decisão na esfera federal (56% da receita pública disponível, contra 25% nos Estados e 19% nos municípios)³⁶, uma política fiscal que privilegia a transferência de recursos para o mercado financeiro, ao invés de políticas de proteção social e de geração de renda e emprego, e as limitações técnicas de muitas prefeituras para a solução dos problemas locais, limitam a ação dos gestores municipais e tornam o processo eleitoral bastante suscetível a propostas falaciosas e aos oportunistas de plantão, mais preocupados com sua própria trajetória financeira e política do que com a solução dos reais problemas da população.

Houve, ainda, um número excepcional de abstenção eleitoral nas eleições municipais de 2024. E de alienação eleitoral. Em quase todos os municípios brasileiros. Em uma eleição, as abstenções representam o número de eleitores que não compareceram para votar. A não participação eleitoral (abstenção), somada àqueles eleitores que comparecem às urnas, mas optam por anular ou votar em branco, caracteriza a alienação eleitoral.

Dos quase 34 milhões de brasileiras e brasileiros aptos a votar no segundo turno das eleições deste ano, cerca de três em cada dez eleitores não compareceram às urnas, de acordo com os números pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A abstenção registrada foi de 29,26%, uma média superior ao que ocorreu no primeiro turno, quando o índice de ausência foi de 21,71%.

Há variadas hipóteses para explicar este quadro. Alguns teóricos acreditam que determinados índices de não participação eleitoral são, não apenas aceitáveis, mas até mesmo desejáveis para a estabilidade democrática. Outra

³⁴ Ver a respeito: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/642562-as-declinacoes-do-empresendedorismo-e-as-novas-direitas-artigo-de-rodrigo-nunes>

³⁵ Mas é uma tendência que cada vez mais deve ser considerada e que é defendida por muitos em tempos recentes. Uma reflexão sobre o tema pode se dar a partir da avaliação de Jessé Souza, que tem uma posição peculiar e interessante sobre a temática. Ver: SOUZA, Jessé. **O pobre de direita**: a vingança dos bastardos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2024, 715 p.

³⁶ Ver: PRADO, Sérgio. O Federalismo inconcluso. In: REZENDE, Fernando (org.). **O federalismo brasileiro em seu labirinto**: crise e necessidade de reformas. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013, p. 171.





linha de pensamento vê esta situação como preocupante, e que pode significar desde um déficit de legitimação do regime até sinais de desagregação social³⁷.

5 – Conclusões e sinais de esperança

“O mundo de hoje tem muita necessidade desta virtude cristã! O mundo precisa da esperança, assim como tem tanta necessidade da paciência, uma virtude que caminha de mãos dadas com a esperança. Os homens pacientes são tecelões de bem. Desejam obstinadamente a paz, e embora alguns tenham pressa e queiram tudo e já, a paciência tem a capacidade da espera. Até quando muitos à sua volta cederam à desilusão, quem é animado pela esperança e é paciente, torna-se capaz de atravessar as noites mais escuras. Esperança e paciência caminham de mãos dadas!”³⁸

Cada texto de análise de conjuntura traz consigo os pretextos para entender o presente e as sementes de um olhar para o futuro. Quando o tema é o período eleitoral há uma tentação de encerrar o ciclo já com projeções para o próximo. É muito cedo e precoce. O que se tem de concreto é que, como parte da democracia, alguns elementos se fizeram presentes.

O primeiro é o funcionamento do sistema eleitoral, da urna eletrônica e de sua segurança. Não será mais possível duvidar da qualidade da nossa democracia formal, seja na votação, seja na apuração dos votos. O desempenho das instituições eleitorais nas eleições de 2024 consolidou a segurança da urna eletrônica às fraudes. As desinformações que marcaram as eleições nacionais de 2018 e 2022 não resistem mais a nenhuma análise séria. Autoridades estaduais e municipais, em alguns casos, usaram este artifício, como se viu na reta final do segundo turno, mas também durante todo o ciclo eleitoral. Nesses casos, registra-se mais quem usa da tática da inverdade que das próprias vítimas³⁹.

O segundo é a necessidade de se debater a quantidade de recursos públicos submetidos às eleições, considerando que cerca de 6 bilhões de reais (4,9 bilhões do fundo eleitoral e 1,2 bilhão do fundo partidário para 2024) estiveram

³⁷ Ver NASCIMENTO, Melillo Dinis. O “rejeitor” – esse nosso conhecido. **CONGRESSO EM FOCO**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/o-rejeitor-esse-nosso-conhecido/>> Acesso em 15 nov. 2024.

³⁸ FRANCISCO, Papa. Audiência geral. Praça de São Pedro, quarta-feira, 8 de maio de 2024. Catequeses. Os vícios e as virtudes. 18. A esperança. **VATICAN NEWS**. Disponível em <<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiencias/2024/documents/20240508-udienza-generale.html>>. Acesso em 16 nov. 2024.

³⁹ As eleições na cidade de São Paulo, com acirrada disputa, podem ser usadas como exemplo deste cenário de desinformação.





submetidos ao controle partidário neste ciclo eleitoral. Cresceu, como terceiro aspecto, a violência política nessas eleições, com mais casos de coação de eleitores e candidatos opositores por meio de ameaças e práticas ilícitas, assassinatos, restrição de campanhas em áreas controladas, acordos financeiros com autoridades locais por meio de propinas, financiamento de campanhas com dinheiro ilícito, desvio de recursos públicos, ocupação de cargos públicos por criminosos, falsidade ideológica, uso de empresas de fachada e fraudes em licitações, compra/venda de votos e lavagem de dinheiro em campanhas.

Celebramos, há pouco, o Dia da República, no 15 de novembro. 135 anos desde a mudança no regime. A data, com suas polêmicas, traz consigo memórias e processos de consolidação republicana e da própria democracia brasileira. Há, contudo, muitas questões remanescentes, como o preconceito e a baixa inclusão dos descendentes dos escravizados⁴⁰, as lutas das mulheres contra o machismo, a sub-representação e a violência⁴¹, a dos trabalhadores ainda submetidos às relações de exploração e subcidadania⁴², a reforma agrária que não ocorreu⁴³, a proteção da vida, desde a concepção até o seu fim natural⁴⁴, a imensa dívida social com os povos indígenas⁴⁵ ou ainda o papel dos militares na sociedade brasileira⁴⁶, todas inconclusas.

⁴⁰ Ver THEODORO, Mário. **A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil**. 1. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

⁴¹ Cf. COLLING, Ana. M. **A cidadania da mulher brasileira: uma genealogia**. São Leopoldo: Oikos, 2021.

⁴² Ver PELATIERI, P. *et al* Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In: CAMPOS, A. G. (org.). **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate**. Brasília: Ipea, 2018.

⁴³ Cf. MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979; SABOURIN, E. **Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 151-184, 2008.

⁴⁴ Na forma proposta pelo Papa Francisco: "Tomar cuidado da vida exige que se faça isso durante toda a vida e até o fim. Também, exige-se que se coloque toda a atenção às condições de vida. A saúde, a educação, as oportunidades de trabalho, e assim por diante; por fim, tudo o que permite a uma pessoa viver de modo digno". Ver FRANCISCO, Papa. Papa Francisco: defender a vida desde a concepção até o fim. **VATICAN NEWS**. Disponível em <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-02/paap-francisco-defender-vida.html>. Acesso em 15 nov. 2024.

⁴⁵ Usamos a expressão da entrevista de Dom Edson Damian. Ver: DAMIAN, Edson Taschetto. **IHU**. "Temos uma dívida social imensa com os povos indígenas". Entrevista com dom Edson Damian. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/542598-temos-uma-divida-social-imensa-com-os-povos-indigenas-entrevista-com-dom-edson-damian>. Acesso em 15 nov. 2024.

⁴⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.





Um pouco antes, na quarta-feira, 13 de novembro, em Brasília, a capital dos brasileiros, presenciou-se mais um triste ato de violência, desta feita com a morte de um personagem radical, em plena Praça dos Três Poderes. É provável que haja uma relação entre o episódio em que, o “lobo solitário”⁴⁷ faça parte de uma alcateia autoritária e antidemocrática que exigirá ainda muito esforço de toda a sociedade para conter e consolidar a democracia na vida cotidiana, para além dos períodos eleitorais.

Outra questão de fundo, ainda mais quando se celebra o VIII Dia Mundial dos Pobres, especialmente para a Igreja, é como o resultado das eleições municipais de 2024 pode modificar a desigualdade social, especialmente nos municípios brasileiros, e contribuir para superar a pobreza e a miséria. É muito importante, após a posse dos eleitos, indagar e contribuir para que a realidade da grave questão social brasileira seja transformada em torno de uma política melhor que atenda o bem comum. Sem gestos concretos e políticas públicas eficientes nada muda.

Retomemos o processo eleitoral. Nas reuniões preparatórias para definir os eixos de análise da conjuntura na perspectiva do processo eleitoral, em 2024, prevaleceu um consenso de que o resultado das eleições municipais, menos que no impacto do desempenho dos partidos e das candidaturas (quem ganhou, quem perdeu) pede compreensão sobre “o complexo momento sociopolítico que vivemos no Brasil”.

Uma das vertentes que contribuiu para fortalecer esse consenso foi, aliás, expressa em opinião publicada no contexto de muitos balanços que logo se seguiram aos relatórios da apuração, sinalizando que

“para além da disputa pelo poder político, eleições costumam sinalizar importantes alterações sociopolíticas. Ou seja, os resultados das urnas também apontam para movimentos e tendências em disputa na sociedade. E, como ocorre noutros países, eleições têm relação e impacto nas múltiplas crises de sentido do mundo contemporâneo”. Nessa linha, uma indicação sinalizadora: *“não nos iludamos. Há que se analisar os erros cometidos pelos setores progressistas nos últimos tempos. Não se assumir como campo para as mudanças efetivas nas sociedades marcadas pelo neoliberalismo*

⁴⁷ A expressão “lobo solitário”, usada por setores da política para tentar explicar a ação do personagem que lamentavelmente faleceu em Brasília, no dia 13 de novembro de 2024, tem a ver com a ideia de que o cometimento de atos violentos é algo de um ator sozinho, sem assistência de um grupo e sem estar sob o comando de ninguém. No entanto, pode ser motivado ou influenciado por crenças ou ideologia de um grupo externo.





excludente é um desses desacertos. E, no caso brasileiro, especificamente, a estratégia utilizada pelos governos do PT de coalizões com setores conservadores (à direita) e o abandono a pautas importantes que, historicamente, caracterizam o campo das esquerdas podem justificar algumas das frustrações de parte do eleitorado com os setores progressistas.”⁴⁸

Assim que, noutra vertente não antagônica, também publicada, a sugestão de explorar diferente chave de leitura do processo, menos à superfície, no âmbito mais tradicional da política e de seus fóruns de interpretação, aí incluídos os grandes meios de comunicação, eles próprios parte dessa tradição, o tom das análises repercute a leitura impressionista, do jogo de perdas e ganhos, levando em conta o desempenho das forças que representam o espectro ideológico da luta por poder entre conservadores e progressistas, entre direita e esquerda, e de desempenho das respectivas legendas e de suas candidaturas; e mais a fundo, onde talvez possam estar aflorando novidades interpelantes que podem ser designadas no pleito de 2024, como elementos gestados no substrato do próprio processo que podem enervar a política⁴⁹.

28

As eleições de 2024 foram os primeiros pleitos municipais com a participação de federações partidárias. Os partidos que integram federações partidárias elegeram 7.658 vereadores nas eleições municipais deste ano. Em 2020, essas mesmas siglas – que à época concorreram de forma isolada – conquistaram 10.403 cadeiras nas Câmaras Municipais do país.

Uma novidade no último pleito foi a eleição dos chamados “Mandatos Coletivos”. Também conhecida como candidatura compartilhada, a candidatura coletiva acontece quando um grupo de pessoas se une para lançar um representante como candidato nas eleições para uma vaga na Câmara Municipal da cidade ou para o Congresso. As candidaturas coletivas são formadas por duas ou mais pessoas, mas apenas uma delas assume o cargo como titular. Caso sejam eleitos, os membros passam a ter um mandato coletivo, onde decidem coletivamente sobre propostas e votos no Congresso. O fato de ser um mandato coletivo é um acerto informal entre seus integrantes. Oficialmente, apenas uma pessoa é responsável pelo mandato. Nos mandatos compartilhados, os integrantes

⁴⁸ <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/645327-breves-notas-sobre-os-resultados-das-eleicoes-de-2024-artigo-de-robson-savio-reis-souza>.

⁴⁹ <https://www.ihu.unisinos.br/644809-eleicoes-municipais-o-que-de-novidade-trazem-para-a-politica-artigo-de-jose-geraldo-de-sousa-junior>.





decidem em conjunto, mas sua decisão conta como apenas um voto, independentemente do número de participantes. As decisões são discutidas pelo grupo e levadas ao plenário pelo representante formal que assumiu o cargo. A novidade das candidaturas coletivas é que elas trazem a constatação de que, até os partidos de esquerda são muito pouco inclusivos, mesmo na participação de setoriais e de diretórios. Dentre os partidos com representação no Congresso, o Psol é o que mais tem candidatas mulheres, com 40%; o PT tem 36%, enquanto a maioria dos partidos de direita apenas cumpre o mínimo estabelecido pela legislação.

Candidatos que se declararam de etnias indígenas foram eleitos prefeitos de sete municípios brasileiros no primeiro turno das eleições municipais. Os dados do sistema do Tribunal Superior Eleitoral também mostram que 214 indígenas se elegeram vereadores no pleito, sendo 180 homens e 34 mulheres.

Essa foi também uma eleição com nítida caracterização da diversidade. O Brasil registrou um recorde de pessoas LGBTQ+ eleitas em 2024. O País teve 225 pessoas LGBTQ+ eleitas neste pleito, um aumento de 130% em relação ao anterior. Quilombolas venceram para prefeito em 17 cidades. A maior parte dos eleitos é de homens; há duas mulheres no grupo. Nas eleições do Legislativo, 262 homens e 72 mulheres quilombolas conseguiram uma vaga para as câmaras municipais de suas cidades. Os municípios que elegeram esses candidatos ficam nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Nenhum quilombola foi eleito prefeito em cidades da Região Sul.

O Brasil terá, a partir de 2025, um total de 26.789 vereadores que se declaram negros (pretos e pardos) segundo o TSE. São 786 a mais em relação a 2020 quando foram eleitos 26.003 vereadores. Aumento foi pequeno, mas representa um avanço. Os vereadores negros correspondem a 45,86% do total de eleitos. Em 2020, essa proporção foi de 44,46%. Os dados são do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Mas a novidade mais expressiva está na articulação inédita feita pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que levou à eleição de 133 candidaturas à vereança e à prefeitura, ligados à luta pela Reforma Agrária. Dessa forma, foram conquistados 110 eleitos e eleitas para os cargos de vereador e vereadora, além da ocupação de 23 prefeituras e vice prefeituras pelo país, sobretudo em cidades interioranas, distribuídos em 19 estados brasileiros. São milhares de assentamentos que envolvem uma base de mais de 400 mil famílias que em sua maioria apoiaram localmente candidatos progressistas dos mais variados partidos, inclusive especialmente do PT, mas não exclusivamente do PT. O cerne da articulação implica uma pedagogia da ação política: apoiar propostas





assumidas pelas candidaturas eleitas, enquanto compromissos de campanha; o apoio à democratização do acesso à terra, incentivo à produção e cooperação de alimentos saudáveis e combate à fome, iniciativas de sustentabilidade e cuidado permanente com o meio ambiente, defesa da educação, saúde, cultura e diversidade⁵⁰.

Noutra publicação, também do IHU – Instituto Humanitas, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS (Unisinos), com a circunstância de que os entrevistados para a matéria são todos integrantes deste Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB, é interessante perceber que o próprio espaço de reflexão que promoveu o debate, parece apreender que o principal aprendizado trazido pelo processo eleitoral é ter proporcionado o ensejo para reconstruções, à esquerda, ao centro e à direita de seus respectivos projetos políticos e de suas formas de comunicação com a sociedade e com os leitores⁵¹:

“Na atual conjuntura eleitoral brasileira, nas eleições majoritárias, o eleitor se transformou em ‘rejeitor’. Vota-se muito menos pelas opções decorrentes da escolha, da adesão de um projeto ou de uma candidatura e muito mais para evitar que aquele a quem se rejeita seja eleito. É uma quadra de tentar eleger o menos pior, o que menos afeta o ‘rejeitor’! A sociedade brasileira vem num processo de mudanças e que tem exigido, dos explicadores e dos políticos, um grau maior de conhecimento e de compromisso com a realidade. Mudou, por exemplo, a figura e o papel das mulheres na política. Metade dos lares brasileiros, conforme os dados da semana passada, divulgados pelo IBGE, são liderados por mulheres, muitas delas são mães solo, que assumem as responsabilidades pelos seus lares. O que isto muda no voto ainda vai ser tema de muitos debates, mas certamente muda. O digital assumiu um papel, na velocidade das informações, na quantidade e qualidade dos valores subjetivos, que ainda não se conseguiu entender completamente.

O fato é que estas mudanças são parte de uma sociedade brasileira cada vez mais plural, heterogênea e diversa, mas com tensões que se consolidam em relação à dimensão da vida política. Especialmente nas eleições municipais, em que se apresentam questões concretas, o maior desafio é saber em quais prioridades o eleitor aposta para eleger. Claro, que isso muda

⁵⁰ O ineditismo não impede uma ponderação. Deve ser compreendido como um fenômeno localizado, exatamente pela dimensão das eleições municipais, e não nacionalizado, como se fora uma tendência em todas as cidades do Brasil.

⁵¹ <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/645286-eleicoes-de-2024-trazem-vitoria-do-centrao-uma-esquerda-em-reconstrucao-e-o-bolsonarismo-enfraquecido-algumas-analises>.





a partir de cada cidade. Mas, se fizermos um exercício a partir do país, dos resultados nacionais, as eleições rascunharam um país diferente do que se pensava antes delas. A extrema-direita não demonstrou a força que se projetava e se dividiu. As esquerdas não cresceram o que imaginavam. Ambas não entenderam a cabeça do eleitor, que carrega novas pautas e novos hábitos. Mas que mantêm, como tradição brasileira, um olhar conservador na política em termos de valores, trazendo possibilidades para o que chamo de 'centro ampliado', com grupos fisiológicos que se somam ao universo tradicional da política, independentemente do partido político de plantão. O mundo do trabalho, as classes, as religiões, as organizações e a política exigem um outro olhar. Para complicar, temos comunidades sem comunicação e comunicação sem comunidades. Daí a dificuldade de descrever o eleitorado brasileiro como um conjunto com tendências únicas, especialmente em eleições municipais".

É certo que, dado o contexto das eleições, mudanças no sistema eleitoral devem ser feitas e devem priorizar as condições de exercício pleno da cidadania, com maior participação democrática, desde que não se coloquem na contramão das novidades já identificadas no processo. Mudanças deste último tipo tendem a acontecer quando as iniciativas regulamentadoras são centradas no formalismo e no modelo concentrador das estruturas funcionais fechadas para essas novidades. A preocupação centrada no financiamento público, portanto, a criação de um fundo público para financiar campanhas eleitorais seja acompanhada de alteração no sistema eleitoral, prazos para desincompatibilização na disputa de cargos eletivos, cláusula de desempenho para o funcionamento parlamentar dos partidos, doações, proibição de coligações para eleições proporcionais, muito pouco, quase nada, levam a mecanismos de democracia direta.

31

Mas, embora nestas eleições tenha havido “um avanço das garantias das instituições”, na

“qualidade do debate político, houve um crescimento tímido do que poderia ter sido feito em termos de debates mais programáticos. Essa situação precisa ser revertida a longo prazo. É preciso que as pessoas percebam os partidos como agências de politização da sociedade e as candidaturas precisam refletir esses projetos. O que acontece no Brasil é que existe muita personalização e populismo. As pessoas votam não no partido, mas nas expressões públicas desses projetos. Isso é ruim porque gera figuras carismáticas e não figuras efetivamente representativas da sociedade





enquanto qualidade política de um projeto produzido coletivamente por um partido ou uma frente ou uma federação"⁵².

Para a perspectiva pastoral, talvez resida nesse apartar de águas, o assumir uma travessia atenta à dignidade da política, da verdadeira política, que se faça mais exigente ainda face ao chamado comunitário e fraterno. Há que se referir ao pensamento do Pe. Vaz, que insistia que antes de ser um vasto corpo teórico, a Política (como ele grafava), faz parte de um "programa pedagógico" que visa educar o indivíduo e a comunidade para a vida plenamente humana⁵³.

A política, assim, do modo como o cristianismo a concebe, deve ser exercida individual e comunitariamente como "a forma mais sublime de viver a caridade", um ensinamento manifestado desde o papa Pio XI e reforçado depois pelo Concílio Vaticano II, pelo papa Paulo VI, pois busca romper "com a mentalidade de que política é coisa ruim, com a qual o cristão não pode estar engajado; pelo contrário, ele deve encontrar no ambiente político a sua vocação e o serviço ao povo de Deus.", tal como expresso na intenção de oração do Papa Francisco para o mês de agosto: "Estratégias coletivas para Encantar a Política"⁵⁴.

32

Com efeito, estamos diante de uma Exortação que coloca exigências pastorais e de evangelização. Como uma sinalização de esperança, que o Papa Francisco, ao atualizar essa noção, tal como já o fizera na Exortação *Evangelii Gaudium*, nº 205, faz soar como um programa:

*"A política, tão denegrada, é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum", a distingue porque ela "escuta a realidade, que está a serviço dos pobres, que se preocupa com os desempregados e sabe muito bem como pode ser triste um domingo quando a segunda-feira é um dia a mais sem poder ir trabalhar"*⁵⁵.

Há a necessidade de mais esperança. De um "esperançar" da autonomia, da emancipação, da dimensão educadora da política que pode se exercitar na

⁵² <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/645286-eleicoes-de-2024-trazem-vitoria-do-centrao-uma-esquerda-em-reconstrucao-e-o-bolsonarismo-enfraquecido-algumas-analises>.

⁵³ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. Ética e justiça: filosofia do agir humano. In: PINHEIRO, José Ernanne; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo; DINIS, Melillo; SAMPAIO, Plínio de Arruda (orgs.). **Ética, Justiça e Direito**: reflexões sobre a reforma do judiciário. Petrópolis: Vozes, 1996.

⁵⁴ <https://encantarapolitica.org.br/2024/08/08/estrategias-coletivas-para-encantar-a-politica-foi-tema-do-dialogos-de-justica-e-paz-do-mes-deste-agosto/>.

⁵⁵ https://franciscanos.org.br/wp-content/uploads/2014/06/exortacao_papa.pdf.





prática das eleições. A esperança nunca é a espera sentada, como sugere a poesia de Cassiano Ricardo:

*Bem sei que, muitas vezes,
o único remédio
é adiar tudo.
É adiar a sede, a fome, a viagem,
a dívida, o divertimento,
o pedido de emprego, ou a própria alegria.
A esperança é também uma forma
de contínuo adiamento.
Sei que é preciso prestigiar a esperança,
numa sala de espera.
Mas sei também que espera significa luta e não
esperança sentada.
Não abdicação diante da vida.⁵⁶*

33

E a política é um dos mais importantes caminhos da esperança. Talvez, ao nos aproximarmos do Advento, como dito na introdução deste texto, estejamos a designar alguns passos em torno de uma conjuntura de espera com uma estrutura da esperança, razão da nossa fé comum. A espera vive a esperar “esperançando”. Sua relação com a transcendência baseia-se na capacidade de superação, de poder ir além dos limites humanos, cuja origem é divina e religiosa. Há um rosto que reflete a luz divina! E este rosto é do Menino que chegará em breve, para nossa esperança. A ligação entre a humanidade e Deus. Ativa, sublime e concreta. É a espera da esperança⁵⁷.

⁵⁶ RICARDO, Cassiano. **Poesias completas**. No capítulo “Um dia depois do outro”, 1944/1946 (1947). Pref. Tristão de Athayde. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957, p. 26.

⁵⁷ Usamos a expressão de Walter Benjamin que, ao traduzir para o francês a famosa expressão da Tese VI, “*den Funken der Hoffnung*”, geralmente traduzida por “a centelha da esperança (esperance)”, utiliza a palavra “espera” (“*espoir*”) em sua versão francesa das “Teses”: “... somente um historiador como este será capaz de atrair a centelha de uma espera (*espoir*) no âmago dos próprios acontecimentos passados”. “Uma espera” (“*un espoir*”), escreveu Walter Benjamin; “da esperança” (“*de l’espérance*”). A expressão “espera da esperança” é como se Benjamin procurasse a luz de uma solução concreta e modesta. Ver W. Benjamin, tradução francesa das “Teses”, no aparato crítico das **Gesammelte Schriften** I-3, tese VI, p. 1. 262. A tradução francesa de Maurice de Gandillac, revista por Pierre Rusch, é esta: BENJAMIN, Walter, **Œuvres**, Paris: Ed. Gallimard, Folio Essais, 2000, Vol. III, p. 431. Ela foi a versão utilizada.

